

KIRSCHER, Gilbert, *Figures de la violence et de la modernité. Essais sur la philosophie d'Éric Weil*, Lille, Presses Universitaires de Lille, 1992, 291 pp., ISBN 2-85939-408-7.

Os leitores de *Síntese* já tiveram oportunidade de tomar contato com a vigorosa reflexão desse brilhante filósofo de Lille, que foi assistente de Éric Weil no tempo em que ele lecionou naquela Universidade, e que é, sem dúvida alguma, o melhor intérprete do pensamento weiliano. Em 1987, Kirscher publicou "A abertura do discurso filosófico. Ensaio sobre a *Lógica da Filosofia*", texto da sua defesa de tese de Doutorado de Estado sobre a filosofia de Éric Weil [Cf. *Síntese*, 41 (1987):41-54]. Publicou também, no volume dedicado a Weil, "Éric Weil e Sócrates. Discussão e diálogo" [Cf. *Síntese*, 46 (1989):97-108]. Finalmente, em 1990, publiquei uma extensa nota bibliográfica sobre a sua tese, recentemente lançada pelas Presses Universitaires de France [Cf. *Síntese*, 49 (1990):95-100].

O presente volume reúne 9 ensaios sobre Weil, 5 deles já publicados anteriormente, e 4 inéditos. O material está organizado em 3 partes. A primeira, sobre a sistematicidade do filosofar, contém 2 ensaios. O primeiro intitula-se "A obra de Éric Weil e a idéia de uma lógica filosófica da filosofia", e foi publicado em 1981, nos *Cahiers Philosophiques*, com o título "A filosofia como lógica da filosofia". O segundo é "Sistematicidade e abertura do discurs-

so filosófico", publicado em italiano, em 1989, na Coleção *Differenze*. Uma versão abreviada desse texto é o que se encontra no nº 41 de *Síntese*, acima citado. Na segunda parte, sobre as figuras do filosofar, encontramos 3 ensaios: "Figuras da modernidade", anteriormente publicado em *Sept Études sur Éric Weil* (Lille 1982); "Figuras da violência e da filosofia", que é uma condensação da segunda parte da versão original sua tese doutoral, publicada pelo Atelier National des Thèses (Lille 1987), e, "Figuras do tempo e da presença", comunicação ainda inédita, apresentada em 1987 no Centro Éric Weil de Lille. A terceira parte é sobre Hegel e Kant, e reúne 4 ensaios. Os dois primeiros são dedicados à relação de Weil com Hegel: "Absoluto e sentido" é um texto que foi publicado em 1970, no volume de *Archives de Philosophie* em homenagem a Weil, e "Éric Weil, leitor de Hegel" é uma comunicação ainda inédita, apresentada em 1989 numa das *Journées d'Études "Hegel en France"*. O ensaio dedicado a Kant: "Éric Weil intérprete da *Crítica da Judiciária*", foi apresentado como comunicação na *Journée d'Étude "Actualité de la Critique de la Faculté de Juger"*, na Universidade de Nice, em 1990. O último ensaio da terceira parte serve de conclusão ao volume: "Orientar-se, filosofar com Éric Weil", e foi uma comunicação apresentada em italiano, no colóquio "Prassi. Come orientarsi nel mondo?", organizado em 1989 pelo Istituto Italiano per gli studi filosofici de Nápoles.

Para os conhecedores do pensamento de Éric Weil e da obra de Kirscher, não é nada surpreendente o fato de encontrarmos uma notável coerência num grupo de ensaios escritos ao longo de 20 anos. O fato indica, obviamente, a grande coerência e sistematicidade do pensamento de Weil, mas indica também que a leitura da obra de Weil feita por Kirscher é das mais consistentes dentre os intérpretes dessa grande filosofia do nosso tempo. Para recordar aqui uma afirmação do próprio Weil, só as pequenas filosofias admitem interpretações unívocas e indiscutíveis; as grandes, ao contrário, o são por admitirem diferentes enfoques e leituras diferenciadas. Esse é o caso da filosofia de Éric Weil, e a leitura de Kirscher, comparada à de outros intérpretes do pensamento weiliano, faz justiça tanto à afirmação de Weil, como à minha afirmação de que o filósofo de Lille é o melhor intérprete de Weil.

O belo livro de Kirscher é um atestado da importância e atualidade da obra filosófica de Weil, já amplamente reconhecidas para os que se interessam pela filosofia viva do nosso tempo, porém ignoradas pelos cultores da "mode rive gauche". Um dos problemas centrais da cultura da modernidade é, justamente, o da violência extrema e gratuita que desafia a compreensão. Porém, para Weil, como bem mostra Kirscher, trata-se de compreender, não só esse fenômeno típico da modernidade, mas também essa modernidade como matriz das mais impensáveis formas da violência. O cap. III, por exemplo, desenvolve uma análise rigorosa das "Figuras da modernidade", desvelando nos mecanismos da sociedade, da ciência e da técnica modernas, os disfarces e os recursos da violência. A tematização filosófica das categorias da modernidade permite compreender a insatisfação essencial e a revolta do indivíduo na sociedade moderna. O cap. IV, sobre as "Figuras da violência e da filosofia", capta o

pensamento de Weil pela raiz e apresenta de maneira magistral o conceito filosófico de violência, bem como as suas diferentes figuras, tais como se as encontra no grandioso texto "Filosofia e Violência", que serve de Introdução à *Lógica da Filosofia*. As figuras da violência e da modernidade só são compreensíveis no interior do discurso filosófico que as capta na sua diversidade e as situa com relação à vontade de compreender, característica da filosofia. Sem fazer nenhuma concessão a qualquer tipo de dualismo simplista, que se conforma com a simples oposição entre a violência e o seu outro, o pensamento de Weil se esforça por mostrar que a escolha da razão — o outro da violência — desenha na história as figuras da liberdade, que abrem o mundo humano para o exercício da vontade de compreensão, ao mesmo tempo que criam as condições de possibilidade para o exercício da vontade política que é, fundamentalmente, vontade de instauração de um mundo no qual a violência possa ser progressivamente excluída das relações humanas.

O livro de Kirscher é um convite à meditação sobre uma das mais importantes filosofias do nosso século. Mas não só. É um convite a meditar filosoficamente sobre o nosso tempo, em vista da sua compreensão. Se ao filósofo não é concedido ceder à tentação do profetismo e ao fascínio da ação transformadora, pelo menos ele pode estar certo de que o mundo compreendido não é mais o mesmo de antes da compreensão. Nesse sentido, o último ensaio, "Orientar-se, filosofar com Éric Weil", é uma brilhante demonstração de que filosofar, no mundo de hoje, não é uma atividade supérflua, mas uma tarefa tanto mais urgente quanto mais rejeitada pelos poderosos de plantão. Há mais de 200 anos, Kant já tinha intuído o que significa orientar-se no pensamento. O filosofar de Éric Weil, esse ano que viu mais longe porque soube levantar-se sobre os ombros do

gigante, pode nos ajudar a nos orientar no interior do mundo de hoje, ao mesmo tempo e mais do que nunca, violento e razoável.

Marcelo Perine

AVIAU DE TERNAY, Henri d', *La liberté kantienne. Un impératif d'exode*, Préface de Guy Petitdemange, Paris, Les Éditions du Cerf, 1992, 232 pp., ISBN 2-204-04537-3.

A filosofia de nossos dias não se compreende sem referência a Kant. Porém, um retorno a Kant não só é impossível, mas filosoficamente desaconselhável, a não ser que se queira fazer obra de doxografia. Compreender a filosofia de nossos dias ou, o que é quase o mesmo, compreender filosoficamente em nossos dias exige, em primeiro lugar, tomar a decisão de ouvir a Kant, em seguida, pensar os pensamentos de Kant, e, finalmente, separar-se dele, mas sabendo de quem se está separando. Estes são, em poucas palavras, os “conselhos” de um dos maiores kantianos de nosso tempo — Éric Weil —, cuja interpretação de Kant fez escola na filosofia contemporânea. Kant é incontornável, pelo menos para quem quer ver mais longe. É isso que faz Ternay no seu audacioso livro sobre a liberdade kantiana. Como disse Petitdemange no belo Prefácio que escreveu para a obra do seu amigo, a interpretação de Ternay “proíbe desviar-se de Kant” (p. 8).

O A., que viveu alguns anos no Brasil, trabalhou como professor da PUC-Rio e é colaborador desta revista, dedica-se há muito tempo a esse exercício de filosofar com Kant. Em 1982 defendeu uma tese doutoral na Faculdade de Teologia de Strasburgo, publicada posteriormente com o sugestivo título de *Traces bibliques dans la loi morale chez Kant* [Paris, Beauchesne, 1986; ver a

recensão de X. Herrero em *Síntese*, 41 (1987):111-113]. Novo fruto dessa longa freqüentação de Kant é esse belo trabalho, escrito com contida emoção, que revela em filigrana as marcas da experiência pessoal do A. em contato com o sofrimento dos miseráveis de nossos países. Essa referência biográfica pode soar estranha no contexto de uma resenha de uma obra sobre a liberdade kantiana. Entretanto, basta prestar atenção ao subtítulo — “um imperativo de êxodo” —, para nos dar conta de que não estamos diante de uma fria e falsa interpretação manualística de Kant.

O objeto da pesquisa é o conjunto do pensamento de Kant, visto sob a perspectiva da noção de liberdade. Aí está o primeiro mérito da obra. Correndo o risco de parecer pretensioso, Ternay não faz economia da sistematicidade do pensamento kantiano, mas ousa refletir sobre a “*clef voûte* de todo o edifício de um sistema da razão pura”, como diz Kant no Prefácio da *Crítica da razão prática*. Nos três densos capítulos da primeira parte, o A. apresenta “três travessias para a liberdade kantiana”, atravessando, justamente, as três *críticas*. O resultado dessas travessias pode levar o leitor apressado a crer que não chegou a porto algum, pois nem a idéia da razão pura, nem o fato da razão prática, nem o postulado cuja realidade pode ser demonstrada na experiência e cujo objeto deve ser contado entre os *scibilia*, esgota o conteúdo da liberdade. A liberdade kantiana se confunde com a própria existência do homem finito. A sua afirmação não é, em primeiro lugar, a afirmação de uma essência que precederia o seu exercício. Ela é liberdade de ouvir o imperativo e, portanto, liberdade na responsabilidade. Dito de outro modo, a liberdade é a resposta do homem a uma voz que ele ouve, e que o constitui como homem, mas essa resposta só pode se dar no horizonte da comunidade humana, pois o

“fato da razão” só é tal porque é universal.

Os três capítulos da segunda parte apresentam três desafios para uma liberdade na responsabilidade e permitem compreender o subtítulo que, na realidade, é o verdadeiro título da obra. Essa continuação das travessias da primeira parte é feita com a ajuda de um fio condutor — um verdadeiro “fio de Ariadne” — extraído da última obra publicada por Kant, o *Conflito das faculdades*. Na leitura do A., essa obra de Kant se apresenta como “um esboço do que teria sido a *Crítica da razão pura*, se Kant tivesse podido reescrevê-la depois de ter redigido a segunda e, sobretudo, a terceira *Crítica*” (p. 21).

No seu filosofar com Kant, o A. recorre à hermenêutica, fortemente influenciado por alguns dos seus melhores representantes na atualidade: P. P. Resweber, P. Ricoeur e P. Beauchamp. Nota-se igualmente em toda a obra a presença subliminar de grandes intérpretes de Kant em nosso século, particularmente E. Weil, F. Marty e, como sinalizou Petitdemange no Prefácio, também A. Kojève. Contudo, a obra de Ternay se impõe pela ousadia do projeto e pela coerência com que é levada a bom termo.

Para terminar essa breve apreciação, muito aquém da riqueza que a leitura do texto sugere, ouçamos a voz do próprio autor: “Se queremos ter acesso à problemática kantiana da liberdade na responsabilidade, velada pela problemática do livre-arbítrio e da independência, é preciso aprender a praticar esse tipo de pensamento, que economiza sedução da totalidade, submetendo-se ao desprendimento da escuta: *Das Denken ist ein Sprechen und dieses ein Hören*” (p. 22). A citação desse aforismo do *Opus Postumum* de Kant traduz à perfeição o resultado da pesquisa de Ternay. O pensamento que o A. traduziu em linguagem é, na realidade, o que ele ouviu, não só de Kant, mas, sobretudo, da Palavra que constitui o homem na sua humanidade.

O livro de Ternay, leitura doravante obrigatória para quem quiser pensar com Kant, contém ainda um precioso apêndice sobre a significação de “Bestimmung” na *Crítica da Faculdade de Julgar* (pp. 211-214).

Marcelo Perine

SEVERINO, Antônio Joaquim, *Filosofia*, Coleção Magistério 2º grau, Série Formação Geral, São Paulo, Cortez, 1992, 211 pp., ISBN 85-249-0410-0.

Ao terminar a leitura do belo livro de Severino, lembrei-me do fragmento 2 do *Protrético* de Aristóteles: “[...] se deve-se filosofar, deve-se filosofar, e se não se deve filosofar, deve-se igualmente filosofar; em qualquer caso, portanto, deve-se filosofar; se, de fato, a filosofia existe, somos obrigados a filosofar, dado, justamente, que ela existe; se, ao invés, não existe, também nesse caso somos obrigados a pesquisar como a filosofia não existe; mas, pesquisando, filosofamos, porque a pesquisa é a causa da filosofia”. A evocação desse belíssimo fragmento de Aristóteles no início de uma resenha de um livro de filosofia para o 2º grau pode parecer desproporcional. Entretanto, se nos lembrarmos da famosa passagem de Epicuro, na *Epístola a Meneceu*, 122, talvez nos demos conta da importância de um livro de filosofia para o 2º grau. Diz Epicuro: “Ninguém, enquanto é jovem, tarde em filosofar, nem, enquanto é velho, se canse de filosofar. De fato, para conquistar a saúde da alma, ninguém é imaturo ou demasiado maduro. E quem diz que ainda não é chegada a hora de filosofar, ou que já é passada, é como se dissesse que ainda não é chegada a hora de ser feliz, ou que já é passada”. Pois bem, o livro de Severino destina-se aos que, segundo Epicuro, não são imaturos para filosofar e, por-

tanto, não devem tardar em começar a conquista da saúde da alma ou, o que é o mesmo, a busca da felicidade. A reintrodução da filosofia no ensino de 2º grau está na ordem do dia, e instrumentos como este que nos oferece Severino devem ser saudados com entusiasmo. Na realidade, o livro em questão pode, com justiça, ser considerado também um *protrético*, uma exortação e um convite ao exercício do filosofar.

O livro tem muitos méritos, a começar pela adequação da linguagem ao público destinatário, e também pela forma bem-organizada de expor os conteúdos, pela clareza no tratamento das questões e na definição de alguns conceitos-chave da filosofia, pelos esquemas que ajudam a visualizar certos conteúdos, pelas sugestões de temas para a discussão e pelos textos de apoio apresentados no final de cada capítulo. A distribuição da matéria nas duas partes é oportuna e o conteúdo dos capítulos é bem-balanceado. A primeira parte, sobre “a gênese antropológica e a formação histórica da cultura ocidental”, conduz o estudante das origens da consciência como estratégia da vida (cap. 1) à filosofia dialética (cap. 9), através de um itinerário no qual não há excesso nem falta de informações necessárias para uma visão de conjunto da cultura ocidental, forjada no cadinho da filosofia. Na segunda parte, sobre “as formas de expressão da cultura contemporânea enquanto mediações objetivas da existência humana”, o estudante é posto em contato com os grandes desafios atuais lançados à filosofia: a ordem econômica (cap. 10), a ordem política (cap. 11), a atividade simbolizadora do homem (cap. 12), o agir pessoal e a prática social (cap. 13) e, finalmente, as preocupações temáticas das tendências atuais da filosofia (cap. 14). O objetivo de “propor aos estudantes de 2º grau uma experiência de iniciação à filosofia que possa acompanhar e complementar a ini-

ciação que estão tendo simultaneamente aos conhecimentos técnicos e científicos da nossa cultura” (p. 11), pode ser perfeitamente alcançado, desde que o professor (e o livro serve tanto ao professor como ao aluno) saiba explorar adequadamente os recursos e as sugestões que o livro oferece.

Dado que esta feliz iniciativa da Cortez Editora certamente terá grande sucesso, façamos algumas observações que, eventualmente, poderão ser adotadas nas próximas edições. Por exemplo, completar o quadro sinótico da filosofia, com a indicação da data da morte de Guattari (1992); indicar a nova edição, pela Editora Iluminuras, da tradução da *Teogonia*, por Jaa Torrano, pois a edição de Roswitha Kempf está esgotada; aumentar um pouco o tamanho da letra nos gráficos das pp. 34 e 75, e, finalmente, pôr a foto de Horkheimer na p. 187, pois a que aparece ali, junto com a de Adorno, é de Habermas.

Marcelo Perine

BINGEMER, Maria Clara L., *O impacto da modernidade sobre a religião*, Col. Seminários Especiais — Centro João XXIII, São Paulo, Loyola, 1992, 300 pp., ISBN 85-15-00502-6.

O presente texto reúne as comunicações e discussões de um seminário realizado de 20 a 23 de setembro de 1990, em Petrópolis (RJ), promovido pelo Centro João XXIII de Investigação e Ação Social (RJ) e pelo Instituto de Estudos da Religião (RJ). A organizadora da publicação explica, na Introdução, que o objetivo principal do seminário era “promover uma reflexão conjunta sobre o tema, à luz de duas questões fundamentais: 1) Modernidade e vitalidade do fenômeno religioso: Quais as inter-relações entre o proces-

so de modernização da sociedade e a religião em geral? 2) Modernidade e identidade das tradições religiosas: Quais os efeitos da modernidade sobre a autocompreensão dos diversos sistemas de crenças religiosas? (p. 5).

Tendo participado do seminário, saúdo com entusiasmo a iniciativa do Centro João XXIII e das Edições Loyola de dar a conhecer a um público mais amplo os textos apresentados e discutidos ao longo de dois dias e meio de intenso trabalho, com a participação de 30 especialistas nos campos das ciências sociais, filosofia e teologia. Uma rápida passagem pelos temas expostos e discutidos evidencia a qualidade e a pertinência do tema do seminário: "Religiosidade, estrutura social e comportamento político", por Leandro Piquet Carneiro e Luiz Eduardo Soares, do ISER; "Religião e modernidade filosófica", por Henrique C. de Lima Vaz, do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus (Belo Horizonte); "Características do fenômeno religioso na sociedade contemporânea", por José Jorge de Carvalho, da UNB; "A salvação cristã na modernidade", por Mário de França Miranda, do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, e "Os vários sistemas religiosos em face do impacto da modernidade", por Rubem César Fernandes, do ISER.

Os textos são diferentemente importantes e sugestivos, segundo as diferentes perspectivas de abordagem do tema central do seminário. O trabalho de Leandro P. Carneiro e Luiz E. Soares, no âmbito da ciência política, cumpre de maneira extremamente sugestiva a finalidade de "analisar um conjunto de informações empíricas, com base em 'surveys', sobre a religiosidade da sociedade brasileira e suas relações com o comportamento político, particularmente o que se manifesta como orientação eleitoral" (p. 9). É preciso ter presente que o texto-relatório foi apresentado pouco menos de um ano depois das eleições presidenciais de 1989. A

quantidade e a qualidade das informações que se encontram nas 50 páginas de texto, gráficos e tabelas constituem uma fonte riquíssima e uma referência obrigatória para qualquer estudioso do assunto na atualidade em nosso país.

Para os leitores de *Síntese*, o texto de Lima Vaz já é conhecido, pois foi publicado no nº 53 (1991):147-165. A importância desse texto para a bibliografia filosófica se deve, fundamentalmente, a dois pontos. Primeiro, ao fato de definir rigorosamente a categoria de "modernidade" no terreno da conceitualização filosófica, caracterizando de maneira exemplar as relações entre modernidade filosófica e religião ao longo do desenvolvimento da filosofia clássica. Em seguida, por traçar, com clareza literalmente cartesiana, a linha de ruptura entre modernidade filosófica e religião a partir do período chamado moderno da tradição filosófica ocidental, revelando assim as raízes do processo de objetivização do fenômeno religioso, que atinge o seu zênite em algumas correntes da filosofia contemporânea. O texto traz ainda uma conclusão extremamente sugestiva sobre as relações entre a religião *pensada* na modernidade, e a religião *vivida* pelos indivíduos e pelas comunidades, no horizonte da originalidade da religião cristã na sua relação com o tempo.

O texto de José Jorge de Carvalho apresenta as características do fenômeno religioso na sociedade contemporânea na perspectiva da antropologia cultural. Segundo o A., a sua apresentação "possui um caráter eminentemente sintético e programático, devendo ser lida como um guia para o desenvolvimento posterior de uma teoria da religiosidade contemporânea" (p. 134). O A. oscila deliberadamente entre o enfoque historiográfico e o fenomenológico de compreensão do fenômeno religioso, em vista de compensar as carências que identifica em muitas abordagens do fenômeno, sobretudo as de cunho sociológico. O resulta-

do é um texto cheio de vivacidade, repleto de referências muito sugestivas a certos fenômenos que todos nós conhecemos mais ou menos superficialmente, mas que o A. conhece a fundo e consegue apresentar com certa simpatia, sem, contudo, renunciar ao juízo valorativo.

O teólogo Mário de França Miranda desenvolve uma reflexão muito rica sobre o impacto da modernidade *vivida* na noção de *salvação* cristã. Partindo de uma breve fenomenologia da modernidade contemporânea, que destaca três características do atual contexto cultural, a saber, a consciência da emancipação do homem moderno, a repercussão nele do pluralismo cultural da sociedade e a necessidade de conviver com outros sistemas religiosos que também oferecem salvação, o A. analisa, em seguida, o impacto que essas características causam no cristão, e conclui com uma reflexão sobre como a atual soteriologia tenta repensar e reconstruir o discurso sobre a salvação.

O texto de Rubem César Fernandes é, no dizer do próprio A., "um pré-projeto de estudos", "com o objetivo de traçar um *quadro comparativo de diversas culturas religiosas resultantes de articulações diversas desta oposição: modernidade x tradição*" (p. 256). Limitando-se deliberadamente ao campo do cristianismo ocidental, o A. percorre, com grande agilidade, os vários sistemas religiosos, oferecendo ao longo da sua exposição muitos elementos para a compreensão do impacto da modernidade sobre esses sistemas. Particularmente sugestiva, no que diz respeito à Igreja Católica, é a reflexão sobre o sincretismo e a tentativa de pensá-lo, "*não como um desvio, uma aberração, uma falha na formação dessa igreja, ainda a corrigir, através de uma catequese mais eficiente, mas, ao contrário, como uma marca própria dessa experiência histórica da evangelização*" (p. 268).

O livro apresenta ainda, após cada uma das exposições, a transcrição dos

debates que se lhes seguiram. Trabalho gigantesco, levado a cabo com grande competência pela organizadora da publicação e pela equipe do Centro João XXIII. Apenas uma falha deve ser apontada quanto a isso. Na transcrição dos debates não está identificado o(a) autor(a) da pergunta ou intervenção dirigida ao expositor. Dado que no final do livro aparece a relação dos participantes ao seminário, a identificação dos(as) autores das perguntas ou intervenções ajudaria a compreender o seu contexto vital. Essa observação, contudo, é apenas um pormenor que não desmerece o enorme trabalho de transcrição das fitas contendo muitas horas de debate, e a cuidadosa edição de todo o material. O volume organizado por Maria Clara L. Bingemer terá, sem dúvida, o reconhecimento que merece na já extensa bibliografia atual sobre o tema da modernidade e suas relações com a religião.

Marcelo Perine

SANFORD, John A., *Mal. O lado sombrio da realidade*, Trad. (do inglês) Silvio José Pilon e João Silverio Trevisan, São Paulo, Paulinas, 1988, 194 p., ISBN 85-05-00834-0.

Ou possuímos as características consideradas como sendo do Bem, e aí nos comportamos de maneira a não prejudicar o próximo, nunca, ou possuímos as características do Mal e, sempre, estaremos com a destruição nas mãos e nos atos. A visão de mundo e de homem que contém essa compreensão e com ela compartilha vê o ser humano ausente de contradições. O que prevalece é a dicotomia entre o Bem e o Mal. Ou um, ou outro. A existência de um pressupõe a exclusão do outro, não havendo a possibilidade de convivência mútua.

A partir dessa concepção, como compreender alguém que, tendo se comportado, sempre, tão bem, tenha uma transformação repentina, com um ataque de ódio, quebrando tudo que vê pela frente, batendo porta, chutando lata, pensando em “matar” aquele motorista que fechou seu carro sem mais nem menos? Provavelmente, a resposta está em algum mal que, vindo de fora, apoderou-se do ser indefeso: “Não sei como aquilo pôde acontecer, não parecia eu, jamais fiz ou pensei tais coisas”. De certa forma, esta maneira de analisar tranquiliza e até resolve, pois caracteriza essa situação como sendo excepcional, “não vai acontecer de novo”, “o mal existe fora de mim”. Será?

Na perspectiva de compreender essa realidade de uma maneira mais totalizante — buscando a totalidade do ser e não apenas a sua abrangência — John Sanford, no seu livro, apresenta o ser humano formado e deformado por contradições. Essas contradições são a matéria-prima sobre a qual se constrói a vida/morte. O Bem e o Mal não aparecem como características externas a nós e que se excluem, mas como elementos de uma mesma realidade: luz/sombra, claro/escuro, visível/invisível, médico/monstro.

O autor transita da Psicologia Analítica de Jung para a Teologia Cristã com leveza e singularidade, aproximando, comparando e relacionando conceitos na abordagem do Bem e do Mal. Sua intenção é “tratar o mal da perspectiva do inconsciente, relacionando com a Tradição cristã e os ensinamentos bíblicos” (p. 10).

Cada capítulo do livro aborda um problema específico, apontando caminhos de reflexão. No cap. 1 — “O mal sob a ótica divina e a ótica centrada no ego” —, Sanford delimita e aproxima as áreas do conhecimento com as quais irá trabalhar. Para tanto, destaca alguns conceitos: primeiro, a compreensão de que ao se falar do mal, na perspectiva

humana, deve-se ter em mente o ponto de vista do observador. O que é mau para alguém pode ser bom para outro. Isso significa que os conceitos de bem e mal são relativos. Além da perspectiva de quem observa, a decisão do que é bom e do que é mau pode ocorrer através do sentimento humano ou do ponto de vista divino. Este último, para ser compreendido, necessita do esclarecimento de dois conceitos da psicologia: ego (centro da personalidade consciente), e si-mesmo (centro da personalidade total). O si-mesmo é aquela parte central do todo da personalidade que abrange o ego e o supera. Neste momento, o autor se aproxima da Teologia: “Em linguagem religiosa, o si-mesmo costuma ser chamado de ‘personalidade crística’” (p. 17). Acrescenta, ainda: “As metas da psicologia e da religião, no que se refere ao desenvolvimento da personalidade, são evidentemente idênticas — pelo menos neste ponto — já que ambas se empenham em relacionar o ego das pessoas a uma realidade mais abrangente que chamamos Deus ou si-mesmo” (p. 17).

Será na mitologia onde poderá ser encontrada a perspectiva divina na compreensão do bem e do mal, como vemos no cap. 2 — “O problema do mal na mitologia”. Através dos mitos, o homem procura explicar a realidade que o envolve e que lhe é desconhecida. Os egípcios elegeram Set o deus mau e Osiris o deus bom. Os escandinavos tinham o deus Loqui (mal) e Balbur (bom e belo). A separação entre um deus mau e um deus bom é ainda maior no mito iraniano (ou persa) de Aura-Mazda e Arimã. Aura-Mazda representava a luz, a vida. Arimã, as trevas, a morte, as doenças, a mentira. A luta entre esses dois mitos se dá no mundo humano e prevê que, no final Aura-Mazda sairá vencedor. Essa lenda influenciou o cristianismo: “No Novo Testamento, um dos nomes dados ao diabo é Belzebu, que significa ‘senhor das moscas’ e provém das lendas tradicionais sobre Arimã” (p. 28).

No cap. 3 — “O problema do mal no antigo Testamento” — comenta que existem apenas quatro referências a Satanás no A.T. e que nenhuma delas é relevante para a narrativa, porque o próprio Iahweh é o responsável pelo mal, a figura de um demônio não se faz necessária. Iahweh é a origem do bem e do mal. Já no cap. 4 — “O papel do diabo e do mal no Novo Testamento” — a presença do diabo se dá através de “Satã que é tido como responsável por uma infinidade de doenças humanas” (p. 49). Qual seria, então, a origem do mal? Segundo o autor, pouca atenção é dada à sua origem ou destino.

“Jesus parecia encarar o mal como parte inevitável da criação do mundo.” (p. 51). O autor lembra parábola do joio e do trigo, e conclui: neste mundo o trigo e joio, o bem e o mal, ambos crescem juntos. Apenas no fim o mal será separado do bem e destruído. Completa dizendo que Deus não tenta acabar totalmente com o mal no mundo, porque não é Ele quem deve lutar contra o mal, mas o próprio homem. Através dos conflitos, dos obstáculos é que o homem cresce e se desenvolve, e essa deve ser uma escolha livre. Essa compreensão do mal como parte do bem, uma vez que é através do mal que o bem se faz, não deve ser encarada, porém, de forma complacente, alerta o autor. Além dessa concepção “monística do mal”, no Novo Testamento encontramos, também, a visão dualista, no livro do Apocalipse, com a luta de Cristo (Deus na terra) e do Anti-Cristo (Satã). Essa divisão é analisada pela psicologia, segundo Sanford, como uma divisão da psique cristã.

Para melhor compreender essa divisão, o autor apresenta o conceito de Sombra, no cap. 5. O Termo ‘sombra’, como conceito psicológico, refere-se ao lado obscuro, ameaçador e indesejado da nossa personalidade. Em posição à sombra, existe o ego ideal “formado pelos ideais ou padrões que modelam

o desenvolvimento do ego ou a personalidade consciente (...) e pertencem a nossa cultura de acordo com as necessidades da sociedade e com os padrões judaico-cristãos” (p. 64). Com isso, temos a norma adequada de conduta e todo e qualquer sentimento ou pensamento contrário deve ser rejeitado. Essas qualidades, porém, ao serem rejeitadas, não deixam de existir, “ao contrário, elas permanecem dentro de nós e formam a segunda personalidade que a psicologia denomina de sombra” (p. 65). Além desse aspecto negativo, a sombra possui qualidades vitais. “Sem nossa sombra, então, podemos bloquear a capacidade de reagirmos de forma saudável em situações na vida que começam a se tornar intoleráveis para nosso espírito” (p. 68). Sanford acrescenta, ainda, o humor como sendo uma contribuição da sombra: “isto acontece porque o humor expressa muito das nossas emoções subjacentes, inferiores ou temidas” (p. 69). O autor nos faz um alerta: “a sombra é mais perigosa quando a personalidade consciente perde o contato com ela” (p. 72). O perigo, ao negar este lado sombrio e obscuro de nós mesmos, os nossos temores, raivas, ódios, vinganças, está na destruição da nossa própria personalidade, pois essa energia toda represada e contida não medirá forças ao emergir.

Sanford completa o conceito de sombra atribuindo-lhe a noção de arquétipo: dizer que algo é um arquétipo significa que ele é um bloco essencial para a construção da personalidade. Aos pais, o autor recomenda: “Se os pais pretendem lidar de forma bem sucedida com a personalidade da sombra de uma criança, eles precisam aceitar e estar em contato com suas próprias sombras” (p. 73). Porém, não se deve cair no extremo da permissividade que pode trazer o termo “aceitar”, pois “pais que são permissivos para todo tipo de comportamento não ajudam seus filhos (...). Num ambiente permissivo a capacidade da criança de de-

envolver seu próprio sistema regulador do comportamento fica embotada" (p. 74). A sombra apresenta, enquanto arquétipo, características individuais, próprias de cada um, e coletivas, quando "um grupo, cultura ou nação tem um determinado ego ideal, que em troca cria a sombra coletiva" (p. 78). Como exemplos o autor cita a luta dos americanos brancos contra os índios, e a dos nazistas contra os judeus. O capítulo sobre a sombra, por fim, é ilustrado com contos e novelas da literatura universal.

A novela mais explorada é 'O estranho caso de o médico e o monstro' de Robert Louis Stevenson, apresentada no cap. 7. Os dois lados de um mesmo homem, Dr. Jekyll e Mr. Hyde, seu ego ideal e sua sombra, travam uma luta dolorosa e fascinante. Essa fascinação que o mal exerce sobre a alma humana é analisada e detalhada por Sanford.

Seu estudo continua nos dois últimos capítulos, com a apresentação de "O diabo na mitologia e no folclore pós-bíblico" no cap. 8, e de "A ontologia do mal", no cap. 9.

Sanford termina seu livro apontando um sério problema da Igreja Cristã: "A atitude tradicional cristã, como tem sido mediada pela Igreja, é de rejeição absoluta. Recusou aceitar o lado sombrio da personalidade, rejeitando o lado obscuro do si-mesmo. Insistiu num modelo de perfeição e não reconheceu a necessidade ou até o valor da totalidade que é obtida através da imperfeição, e não da perfeição". Segundo o

autor, essa atitude só "aumentou o mal ao direcionar partes da personalidade para um estado de ruptura". Sanford propõe que "a atitude cristã convencional deve se voltar para uma retomada e considerar a necessidade da redenção daquilo que caiu nas mãos do mal, ainda que isso envolva uma descida à perigosa dimensão do inconsciente" (p. 194).

Somos a cada momento uma nova síntese, resultado de uma contradição. Na relação entre os contrários, não há uma exclusão, mas a inclusão. Não é a somatória onde, no resultado, prevalece o mais forte. Trata-se de uma relação que as leis da matemática não são suficientes para resolver. Só a vida, na contradição com a sua própria morte, pode compreender. "Não somos nós que curamos a neurose; é ela que nos cura (...). O que realmente está errado, o que realmente está doente, é a maneira equivocada com a qual encaramos a vida, assim como o desenvolvimento distorcido dos nosso egos" (p. 46).

Trata-se de um livro para constantes consultas, pois, à medida que nos conhecemos, entramos em contato com as nossas sombras, nossos satãs. Saber que eles existem e que fazem parte de nossa totalidade já é uma forma de compreendê-los, integrá-los e superá-los. Completam esse estudo sobre o mal, outras obras do mesmo autor: *Parceiros Invisíveis* e *Os sonhos como cura da alma*, ambos da Edições Paulinas.

Maria Celina de Queirós Cabrera Nasser